

2000

152

DE

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:

(DO SR. PAULO PAIM)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Institui o Fundo de Reparação para os Afro-descendentes e dá outras providências.

DESPACHO:

04/10/2000 - (ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54))

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS, EM 14/11/00

REGIME DE TRAMITAÇÃO

PRIORIDADE

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CDCCMM	16/11/00
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
CDCCMM	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	1 JALATIEL CARVALHO	Presidente:	
Comissão de:	CDCCMM	Em:	4 132100
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

01

CASA CD	LOCAL CDCMAN	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA TIPO PLP	NUMERO 152	ANO 2000	DATA DA AÇÃO DIA 04	MES 12	ANO 2000	RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO Peters
DESCRIÇÃO DA AÇÃO Distribuido ao relator, Dep. Nataliel Carvalho.								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

02

CASA CD	LOCAL CDCMAN	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA TIPO PLP	NUMERO 152	ANO 2000	DATA DA AÇÃO DIA 13	MES 11	ANO 2001	RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO Cicelo
DESCRIÇÃO DA AÇÃO Parecer Contrário do relator, Dep. Nataliel Carvalho.								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA CD	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA TIPO	NUMERO	ANO	DATA DA AÇÃO DIA	MES	ANO	RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA CD	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA TIPO	NUMERO	ANO	DATA DA AÇÃO DIA	MES	ANO	RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 2000
(DO SR. PAULO PAIM)



Institui o Fundo de Reparação para os Afro-descendentes e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54))

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Reparação para os Afro-descendentes, destinado a promover o resgate da cidadania dos brasileiros descendentes de africanos escravizados no Brasil, mediante a realização de investimentos em educação, cultura e saúde, especificamente dirigidos a esta parcela da população, e o pagamento de indenização, a título de reparação, no valor equivalente a R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), referente a cada um dos africanos escravizados no Brasil.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Reparação para os Afro-descendentes serão aplicados:

I — em programas culturais e educacionais de valorização dos descendentes de africanos escravizados no Brasil;

II — em programas de saúde e assistência social voltados para os descendentes de africanos escravizados no Brasil;

III — no pagamento da indenização a que se refere o art. 1º.

Art. 3º O Fundo de Reparação para os Afro-descendentes contará com as seguintes fontes de recursos:

I — dotações orçamentárias da União;

II — produto de operações de crédito internas e externas;

III — transferências intergovernamentais resultantes de convênios firmados com outros Entes da Federação;



CÂMARA DOS DEPUTADOS



IV - legados e doações nacionais e estrangeiras de entidades públicas, privadas ou internacionais;

V — outras receitas.

Art. 4º Não se aplica ao Fundo criado pela presente Lei o disposto nos arts. 15 e 16, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro do exercício imediatamente subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A escravidão de africanos no Brasil, abolida depois de mais de trezentos anos de bárbara espoliação de toda uma etnia, sem o pagamento de qualquer reparação aos recém-libertos e sem a adoção, pelo governo imperial e a seguir pelo republicano, de qualquer política de educação e qualificação dessa mão-de-obra e de sua inserção no mercado de trabalho, não poderia deixar de acarretar, até hoje, conseqüências, que se expressam em todas as estatísticas, pela situação de inferioridade sócio-econômica a que estão submetidos os descendentes dos escravizados.

O presente projeto vem, ainda que tardiamente, corrigir esta gravíssima injustiça, ao propor o pagamento de indenização aos descendentes de africanos escravizados e o resgate de sua cidadania, mediante a realização de investimentos em educação, cultura e saúde, especificamente dirigidos a esse estrato populacional.

Eis as razões que nos levam a contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 03 de OUTUBRO de 2000.


Deputado PAULO PAIM

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	03/10/00 às 14:10hs
Nome	Pedro
Ponto	3290



LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS
PÚBLICAS VOLTADAS PARA A
RESPONSABILIDADE NA GESTÃO
FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO IV DA DESPESA PÚBLICA

Seção I Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos,

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI



prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do "caput" será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do "caput" constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

.....
.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS



REQUERIMENTO
(Do Sr. Paulo Paim)

Gabinete da Presidência

Em 21 / 11 / 2001

De ordem, ao Senhor Secretário-Geral.

Flávio Alencastro
Chefe do Gabinete

Solicita que os Projetos de Lei 152/00 e 1239/95, tenham tramitação conjunta ao PL 3198/00, já que tratam de matéria correlata.

Senhor Presidente,

Estando em tramitação, neste órgão técnico, os Projetos de Lei nº 152/00, que “institui o Fundo de Reparação para os afro-descendentes” e nº 1239/95, que “garante a reparação com indenização para os descendentes dos escravos no Brasil”, ambos de minha autoria, requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 142 e 143 do Regimento Interno, a tramitação conjunta ao PL 3198/00, também de minha autoria, que “estabelece o estatuto da igualdade racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor, e dá outras providências”, que atualmente constitui comissão especial, já que todos tratam de matéria correlata.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 2001

Paulo Paim
Deputado Paulo Paim – PT/RS



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ref. Req. Dep. Paulo Paim
Prejudicado, em face da retirada do pedido.
Em 11/12/01.


AÉCIO NEVES
Presidente

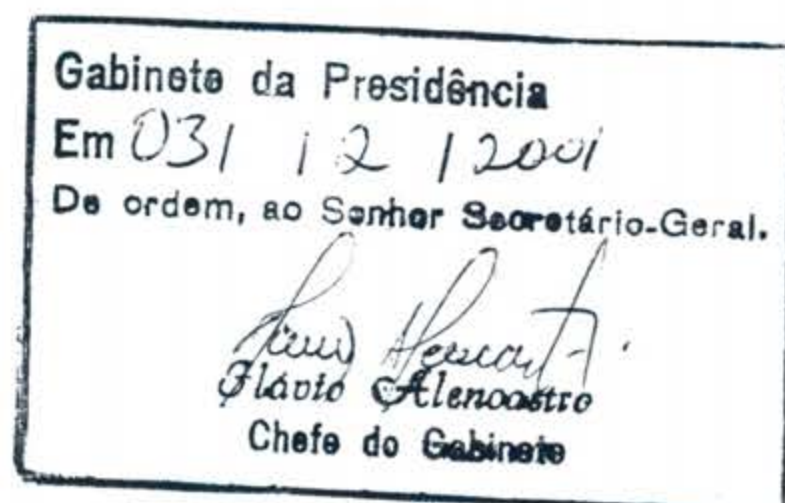


Documento : 6472 - 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO
(Do Sr. Paulo Paim)



Senhor Presidente,

Venho através deste requerer que seja tornado sem efeito o requerimento de minha autoria datado de 21 de novembro do ano em curso, que solicita a apensação dos Projetos de Lei 152/00, que “institui o Fundo de Reparação para os afro-descendentes” e o 1239/95, que “garante a reparação com indenização para os descendentes dos escravos no Brasil”, ao PL 3198/00, também de minha autoria, que “estabelece o estatuto da igualdade racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor, e dá outras providências.

Nestes termos peço deferimento,

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 2001


Deputado Paulo Paim – PT/RS



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ref. Requerimento Dep. Paulo Paim (retirada)
Defiro. Publique-se.
Em 11/12/01.


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 6471 - 1



REQUERIMENTO
(Do Sr. Paulo Paim)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Gabinete da Presidência
Em 9 / 12 / 01
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral.

Flávio Alencastro
Flávio Alencastro
Chefe do Gabinete

Venho por meio deste, com base no artigo 104 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requerer a retirada do Projeto de Lei 1239/95, que “garante a reparação com indenização para os descendentes dos escravos no Brasil” e do Projeto de Lei Complementar 152/00, que “institui o Fundo de Reparação para os afro-descendentes”, ambos de minha autoria, que tramitam na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

Este pedido baseia-se no fato de as matérias estarem contempladas no Projeto de Lei 3198/00, que “institui o Estatuto da Igualdade Racial”, também de minha autoria, e que tramita em Comissão Especial desta Casa.

Nestes termos, peço deferimento.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2001

Paulo Paim
Deputado Paulo Paim – PT/RS



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ref. Req. Dep. Paulo Paim (PL nº 1.239/95)
Defiro. Publique-se.
Em 11/12/01.


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 6485 - 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 2000

Institui o Fundo de Reparação para os
Afro-descendentes e dá outras providências.

Autor: Deputado Paulo Paim

Relator: Deputado Salatiel Carvalho

I - RELATÓRIO

O nobre Deputado Paulo Paim apresentou projeto de lei complementar que institui o Fundo de Reparação para os afro-descendentes, destinado a promover o resgate da cidadania dos brasileiros descendentes de africanos escravizados no Brasil, mediante a realização de investimentos em educação, cultura e saúde dirigidos a esta parcela da população, e o pagamento de indenização, a título de reparação, no valor equivalente a R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), referente a cada um dos africanos escravizados no Brasil.

O Fundo contaria com recursos das dotações orçamentárias da União, do produto de operações de crédito internas e externas, transferências intergovernamentais, legados e doações nacionais e estrangeiras e outras receitas, não se lhe aplicando o disposto nos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

A lei entraria em vigor em 1º de janeiro do exercício imediatamente subsequente ao da sua aprovação.

24877



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anote-se que os mencionados artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101 de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Lei da Responsabilidade Fiscal), tratam da geração de despesa ou assunção de obrigação consideradas **não autorizadas**.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Deputado Paulo Paim é dedicado paladino das causas dos brasileiros afro-descendentes, e no exercício de seus mandatos notabiliza-se por sua extraordinária criatividade e persistência. O projeto de lei complementar que ora me cabe relatar contém em grande medida a mesma matéria de que trata o projeto de lei nº 1.239, de 1995, do mesmo autor, que também me foi distribuído.

Ninguém questiona a necessidade de se buscarem mecanismos que conduzam à eliminação das conseqüências da escravidão que ainda hoje, para desdouro de todos nós, perduram no Brasil. São de conhecimento de todos pesquisas recentes e estudos de institutos abalizados como o IBGE, IPEA e DIEESE que demonstram a pertinácia da discriminação praticada contra os afro-descendentes. Com efeito, é neste segmento da nação que se percebem os maiores índices de mortalidade infantil, os menores índices de escolarização, e colocações proporcional e crescentemente menores em postos de trabalho de maior nível – além da intolerável discriminação salarial. A recente I Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul, reafirmou energicamente a necessidade de se corrigirem estas distorções. No Brasil, o ambiente que antecedeu à Conferência, para o qual contribuiu decisivamente a Comissão Externa destinada a "acompanhar a realização das oito audiências preparatórias da I Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, a realizar-se em agosto de 2001, na África do Sul", recolocou na ordem do dia discussões importantes como o sistema de cotas.

24877



Não obstante, entendemos que a reflexão sobre o tema ainda não alcançou a intensidade necessária para alcançar fórmulas eficazes. O mérito de proposições como a que se examina é exatamente o de contribuir para este debate; contudo, achamos que, em primeiro lugar, não se resolveria o problema da desigualdade que submete os afro-descendentes através de indenização – e esta nossa percepção se reitera no parecer ao projeto de lei nº 1.239, de 1995, antes referido – nem através da criação do Fundo de Reparação aqui preconizado, muito menos se, para o instituir, arreda-se a incidência da Lei da Responsabilidade Fiscal, conquista tão árdua para o povo brasileiro.

Em síntese, concordamos com o pressuposto ideológico da proposição e com sua tese, quanto à indeclinável e urgente elaboração de instrumentos de combate à desigualdade racial; mas discordamos dos meios específicos preconizados neste projeto de lei complementar por não estarmos convencidos da sua viabilidade e eficácia.

Isto dito, nosso voto é **contrário** à aprovação da matéria.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2001.

Deputado Salatiel Carvalho
Relator

Documento2